



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 68ª
(SEXAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 21 DE AGOSTO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 65ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra ao Deputado Rônei Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (Bloco PMDB/PTC/ /PSC e PT do B. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pares presentes, galeria, eu fui procurado outro dia por alguns servidores da Defensoria Pública com o questionamento de que havia um acordo de governo que dizia que ele mandaria um projeto de lei com a criação da Defensoria Pública englobando todos os servidores: defensores públicos, área meio, todos.

Na semana passada, na reunião de Líderes, nós recebemos algumas pessoas lá da Defensoria, os defensores públicos, que nos pediram para aprovar o projeto deles e nós nos comprometemos a aprová-lo por achar importante, mas não sabíamos desse compromisso. Por isso, esses servidores me procuraram.

Um deles me escreveu uma carta que eu gostaria de ler:

“Bom dia!

Gostaria de lhe fazer uma solicitação como servidor do Ceajur.

Tenho certeza que já é do seu conhecimento o processo de criação da Defensoria do Distrito Federal e, por consequência, de extinção do Ceajur, que é quem hoje presta a assistência judiciária gratuita ao cidadão do Distrito Federal.

Entretanto, o Ceajur é composto pelos Procuradores de Assistência Judiciária e pelos servidores meio, que se for para analisar as atribuições e competências, deveriam ser apenas aqueles pertencentes à Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental, mas que na realidade são pertencentes a várias carreiras do Distrito Federal.

Deve-se observar que estes servidores sempre atuaram no Ceajur e que no mínimo seria desarrazoado tirá-los das suas atuais atividades, até mesmo porque não existem outros servidores disponíveis para prestar o serviço desenvolvido.

Acontece que os Procuradores de Assistência Judiciária se adiantaram e agiram de forma dissociada dos demais servidores, articulando o envio de um projeto de lei diretamente e independente para a Câmara Legislativa, no qual está prevista a possibilidade de redistribuição de seus cargos para o cargo de Defensor Público, enquanto que os demais servidores ficaram com uma instabilidade eminente em suas atividades.

Não somos contra o pleito dos Procuradores, mas como servidores que sempre estivemos trabalhando para a prestação da atividade assistência judiciária, queremos ser respeitados e tratados como integrantes deste projeto conjuntamente com estes servidores.

Não queremos que seja realizada qualquer irregularidade, mas que, respeitando a Constituição, a Lei Orgânica e o Regime Jurídico dos Servidores, seja criada a carreira completa da Defensoria Pública, com a redistribuição dos servidores



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

integrantes da Carreira de Políticas Públicas, bem como com a previsão da permanência dos demais servidores cedidos e celetistas de cargos em extinção no âmbito da Defensoria Pública.

Acredito que é uma questão de respeito e justiça para com a realidade destes servidores que estão construindo a Defensoria Pública junto com os Procuradores.”

Acrescento aqui que alguns estão lá há mais de vinte anos.

“Agradeço a sua atenção e ajuda e peço que seja um dos nossos representantes que não aceitarão que seja votada a questão dos Procuradores dissociada dos demais servidores.

Portanto, que seja respeitada a democracia e que seja permitido o debate e o amadurecimento sobre como melhor atender a todos e a população do DF, que necessita dessa atividade.

Grande abraço!

Rodrigo Viana Lima, Especialista de Política Pública e Gestão Governamental do Distrito Federal”. Ceajur.

Eu fui a uma reunião deles na Asa Norte, e o que me preocupou muito é que a princípio eu achei que eram só servidores que estavam querendo, mas o Dr. Fernando Ferraz, que é defensor público e já foi chefe daquela casa um bom tempo, me disse que ele também, com outros defensores públicos, entende que o projeto deveria englobar todo mundo, e não entende por que só está vindo o dos defensores e estão deixando a área meio toda de fora.

Então eu queria aqui pedir apoio dos Líderes de partido, do Líder do Governo, do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Dr. Michel, da Deputada Celina Leão, da Deputada Eliana Pedrosa, do Deputado Olair Francisco, de todos os pares da Casa, do Deputado Prof. Israel Batista, do Deputado Joe Valle para o seguinte: o ideal seria que viesse um projeto contemplando todo mundo que está lá há vinte anos trabalhando. Existe defensor que está lá há pouco, e o projeto dele está vindo. Tudo bem, é mérito também, mas não podemos deixar. Que o governo mandasse um projeto englobando todo mundo.

Está ali o Dr. Ferraz, que é uma das pessoas por quem tenho o maior respeito e consideração, aliás, um grande articulador da Defensoria Pública e de tudo que ela tem hoje. Ele, como defensor, e um grupo de defensores que está ao lado dele defendem que se pode fazer tudo junto, mas alguns acham que poderia ser separado.

Minha ideia era a seguinte: que o governo retirasse esse projeto e mandasse um inteiro. Se não for possível, Líder, que mande então o dos outros servidores separado, mas eu queria pedir aos Líderes que nós fizéssemos a tramitação conjunta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

dos dois projetos, que não tramitasse um em detrimento do outro, senão fica igual ao que foi feito aqui com a auditoria tributária, Deputada Arlete Sampaio. Nós fomos defensores, apesar de muita gente dizer que era inconstitucional, e ele está lá com parecer favorável pela constitucionalidade.

O meu projeto para os idosos comerem no restaurante comunitário foi aprovado nesta Casa. O Governador vetou por inconstitucionalidade. A Justiça declarou a inconstitucionalidade. Nós recorremos e ganhamos a constitucionalidade. Então, essa coisa de constitucionalidade, inconstitucionalidade, infelizmente ou felizmente, cada cabeça que olha tem uma visão. Líder, é muito ruim quando pegam um órgão inteiro e privilegiam algum segmento em detrimento do outro. Não podemos fazer isso.

Eles me disseram que tiveram uma reunião no início do governo com o Governador Agnelo, e ele assumiu o compromisso de que mandaria o projeto de todo mundo junto. Eu até falei com o Deputado Chico Vigilante, nós estamos vendo a SAP, que é a área meio da Fazenda, Deputada Arlete Sampaio. Que dificuldade para tirar o projeto! A senhora não estava no jantar, estava viajando.

Deputado Chico Vigilante, esse projeto era para ter sido mandado ano passado e não foi, era para ter sido mandado semestre passado e não foi, ficou de se mandar na primeira quinzena e não chegou. Nós fomos à reunião, eu e o Chico, com o Wilmar. Para nível superior e nível técnico foi, mas para a área meio, não vem. Então, se dissociar, demora muito. A experiência que eu tenho de servidor público com mais de vinte anos e de Parlamentar no terceiro mandato é que tem que vir tudo junto, para que tramite de forma conjunta.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, Sr. Presidente, eu queria inicialmente parabenizar o Deputado Rôney Nemer por não se esquecer, como servidor público, da sua categoria. Fez uma belíssima defesa com propriedade aqui. Quero saudar também o Dr. Fernando Ferraz, que está aqui, e quero falar, Deputado Rôney Nemer, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar neste momento.

Acho que a sua preocupação é a nossa preocupação e tem que ser a preocupação da sociedade de Brasília, porque a Defensoria Pública, essa estrutura que hoje existe, foi criada com muita luta, com luta de servidores que estão lá hoje e não podem ser descartados, no momento em que se manda um projeto para fazer uma adequação à legislação federal. Temos inclusive temor do esvaziamento da própria Defensoria Pública. Como vamos cuidar dos processos que hoje estão tramitando, que já são inúmeros? Nós precisamos de mais defensores, nós precisamos de uma estrutura maior.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Mas o que chega hoje não pode prejudicar o que está no passado. Isso precisa ser bem visto, precisa ser revisto. E a fala de V.Exa. veio contemplar, eu acho, a visão da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. V.Exa. falou da questão da legalidade, da questão da legitimidade, mas nós falamos aqui da questão da ação, do dia a dia, de como vai ser isso. Esta Casa de Leis não pode simplesmente fazer leis e se esquecer de que isso vai ter um reflexo no dia a dia. Nós vamos esvaziar, devolver servidor, como é que vai ser tudo isso?

Então, eu queria falar para V.Exa. que pode contar comigo, não só como Parlamentar, mas como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. No que depender de nós, vamos encaminhar essa luta para que todas as pessoas sejam contempladas nesse momento, e para que as pessoas que ajudaram a construir a Defensoria da forma como ela está hoje sejam também reconhecidas, nesse momento de reconhecimento nacional.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rôney Nemer, Deputada Celina Leão, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, servidores da Defensoria Pública, nós, pela manhã, no dia de hoje, recebemos um conjunto dos dois grupos de servidores, tanto dos defensores — entre parêntesis, procuradores —, quanto dos servidores. Eu creio que nesta matéria, como princípio, têm que ser tratados os dois conjuntamente. Os dois perfazem um serviço da maior importância, um serviço direcionado a uma população excluída socialmente, que, portanto, deve merecer, por parte do Estado, toda a atenção e toda a valorização.

Nós vimos recentemente, nesse debate no Supremo Tribunal Federal, que foi exatamente um defensor que alcançou um destaque em nível nacional, pela sua fluência, pela sua capacidade de fazer a defesa de um daqueles cidadãos que são acusados nesse processo que hoje toma conta da agenda do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, eu pedi este aparte na fala do Deputado Rôney Nemer para agregar algo a este debate, porque o que o governo encaminhou é uma matéria de mudança da Lei Orgânica. Nós estamos tratando da própria existência do órgão, não estamos excluindo servidor. O que o governo tem direcionado é um projeto de lei complementar que está sendo esboçado, e é bom que se diga que esse projeto foi discutido em parceria entre o governo e os próprios servidores, conforme depoimento do próprio presidente da associação, que lá esteve presente. Assumimos esse compromisso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

É importante destacar, Deputado Rôney Nemer, que não são apenas servidores do Ceajur — Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal; temos servidores da área federal, temos servidores de empresa pública. Então, a complexidade é da ordem de dezessete carreiras dentro da Defensoria, portanto não é uma matéria para ser tratada simplesmente na base do discurso político, por mais solidariedade, por mais interesse que eu tenha.

É do conhecimento de V.Exa. que tramita no Congresso Nacional uma PEC que até hoje não conseguiu ser apreciada — com relação aos servidores cedidos junto ao Poder Judiciário, vindos de diversos órgãos —, por conta de questões que transcendem a nossa própria competência, até porque é um órgão de natureza essencialmente jurídica, ali ninguém é tão desconhecedor da matéria de Direito Administrativo. Então, dentro desse escopo, este governo tem o maior interesse em ver a situação dos servidores resolvida. Mas não há como eu transpor direitos que a Constituição define, o que é e o que não é, para a gente ter uma conversa olhando nos olhos da pessoa, falando a verdade, com sinceridade, de fato, e encontrar uma saída para o problema.

Eu quero tratar as pessoas como cidadãs e como pessoas que respondem com a responsabilidade que um órgão desses tem que ter com toda esta cidade; não é nem com o governo, é com toda a população.

Muito obrigado.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Ouço o aparte do Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputado Rôney Nemer, V.Exa. já até assumiu o compromisso aqui com o meu voto.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Ah, no dia da assembleia deles.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Contudo, este Parlamento não pode fazer nem lei do Executivo nem lei dos Deputados para prejudicar. Esta é uma PELO – Proposta de Emenda à Lei Orgânica, e eu gostaria de pedir a V.Exa., como Líder do nosso bloco, composto por seis partidos – V.Exa. já assumiu o compromisso com essa categoria de que o nosso bloco estará do lado deles –, que se debruçasse totalmente em cima dessa matéria, porque não podemos fazer leis para prejudicar, não podemos aprovar PELO para prejudicar, porque estamos do lado do cidadão. A nossa função é ser o menos injusto possível.

Então, eu espero que nesse debate, que nessa vontade de engrandecer, que nessa vontade de fazer o bem a gente não faça igual ao que aconteceu com os conselheiros tutelares: aprovar uma lei que foi sancionada, a gente pensar que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

estava fazendo o bem e estar aí uma batida num carro capotado. Até agora a gente não encontrou a saída e nem a solução.

Eu espero que, nessa matéria, V.Exa. esteja lá, de olho aberto, firme, para que a gente aprove, que garanta os direitos adquiridos, que jamais se faça uma lei ou se aprove uma PELO para retroagir, para, em vez de favorecer, atrapalhar a vida do cidadão trabalhador. Essa é a minha vontade, esse é o desejo do meu bloco e eu queria apenas acrescentar e alertar V.Exa., que é um cidadão de olho aberto nas questões públicas do Distrito Federal.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Obrigado, Deputado Olair Francisco.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Rôney Nemer, eu queria só um aparte para dizer a V.Exa. que nós também temos solidariedade à questão, e essa história eu já vi antes. Na Polícia Civil, em 1996, quando eu ainda era agente de polícia, havia algumas pessoas que se arvoraram a fazer determinados projetos em que só olhavam para o seu próprio umbigo. Eu não estou dizendo que é o caso. Uma categoria de delegados, à época, queria desmembrar a carreira de delegado da carreira meio. E hoje temos a Lei nº 9.264, em que o delegado de polícia não faz parte da carreira Policial Civil do Distrito Federal. Vejam só que anomalia que criaram lá dentro! Vejam que eles, naquele afã de querer ter um aumento maior do que as outras categorias, criaram isso dentro da Polícia Civil. Hoje é uma anomalia e eles mesmos veem a prejudicialidade que houve para a carreira policial. Hoje, o delegado de polícia é delegado de polícia do Distrito Federal e os outros são policiais civis do Distrito Federal. Você veja que há uma anomalia!

Mesmo sendo uma PELO, ou não PELO, ou que PELO que seja, eu não estou bem a par disso – V.Exa., que já tem três mandatos, tem muito mais conhecimento que eu desta matéria ou de outras também –, V.Exa. é um grande profissional na área política e na área também de urbanismo, sou um fã seu nessa área e em outras também, eu queria dizer a V.Exa. que estou solidário à causa e acho que temos de ficar atentos a isso.

Fui procurado também pelos defensores públicos. Inclusive, tem um grande torcedor do Fluminense ali, o Turatti, que não pode ver o Fluminense jogando. Ele é lá da minha área de Sobradinho. Eu acho que temos de ver o que fazer para poder aglutinar os dois grupos, porque senão teremos uma desavença tão grande lá dentro que só quem perde é a sociedade. V.Exa. entende?

Eu acredito que, antes de nós votarmos essas leis, deveríamos fazer audiências, deveríamos chamar os dois grupos, conversarmos, discutirmos para que cheguemos a um denominador comum, em que as duas categorias se tornem uma só. E cada uma com seu grau de responsabilidade dentro de um só órgão. Não precisa haver duas categorias dentro de um órgão porque, piramidalmente, quem está no topo comanda, quem está na base executa, cada um dentro da sua responsabilidade. É muito fácil isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Lá na sua categoria, por exemplo, está tudo dividido. Então dá para se fazer a coisa normal. Agora, se vai ser transposição, se não vai, se é inconstitucional, aí é uma discussão, como bem disse o Líder, que a gente pode levar, mas não precisa ser dentro do projeto. Se não pode transpor para o advogado, não vai poder transpor para ninguém; se pode transpor para o advogado, pode transpor para os outros também. V.Exa. está me entendendo? Eu acho que o que pode para o mais, pode para o menos. Porque a gente tem aquele negócio: o que pode para o menos... Não. Eu acho que a coisa tem que ser feita de uma forma em que todos tenham os mesmos direitos. Só isso.

O nosso Líder foi de uma grande... E aí é que eu digo: Deus é tão sábio porque Ele nos tira o vigor e nos dá a experiência. O nosso Líder de Governo, o Deputado Wasny de Roure, é tão sábio! Ele nos coloca as coisas de forma tão clara, que temos que olhar com muita proficiência o que ele nos diz, realmente.

Nós temos que abrir ao debate. V.Exa. foi muito feliz na sua colocação: em vez de votarmos abruptamente, abramos ao debate. Vamos para o debate, porque é a melhor forma de aglutinarmos a categoria para que não haja um racha. E isso V.Exa. está fazendo para que os 24 Deputados entrem nessa discussão, para que aqui não saia um projeto... Eu sei que V.Exa. já falou que não tem ciúmes de ninguém, pois ciúmes a gente tem de quem beija na boca. Estou aqui plagiando V.Exa.

Então, que nós, os 24 Deputados, abracemos essa causa, para que a fortaleçamos e saia daqui o que for melhor para a Defensoria Pública como um todo, porque só a comunidade vai ganhar.

Era isso o que eu tinha a falar.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Dr. Michel.

Fico muito feliz, Deputado Wasny de Roure, V.Exa. como Líder de Governo. O que nos preocupa é o seguinte: o projeto está criando a Defensoria. Não é transposição, essa palavra não existe; é redistribuição o que se quer. Transposição não pode de forma nenhuma; redistribuindo os defensores. E os demais servidores? Vão querer cedê-los. Eu sei, sou servidor público há mais de trinta anos, que vão querer cedê-los. Quer dizer, uns foram redistribuídos, e outros vão ser cedidos, porque quando houver concurso, botam e vão dispensando os que estão lá há muito tempo. Esse texto não dá!

Então, eu queria aqui pedir aos nobres pares, aos 24 Deputados, a realização de uma audiência pública para debatermos o assunto. Chamemos os dois segmentos, chamemos os servidores. Os defensores públicos — o Dr. Fernando Ferraz sabe disso —, sempre que a gente pode ajudá-los, eu acho que o defensor está no papel de frente mesmo, de atendimento. Não estou aqui de forma alguma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

querendo jogar um contra o outro. Ao contrário, acho que o trabalho que eles fazem é maravilhoso, com apoio de vocês. Essa é a grande realidade.

Deputado Wasny de Roure, vou dar um exemplo aqui. Outro dia levei uma comissão de dois grupos para falar com o Governador Agnelo e com o Filippelli. Sabe o que eles eram? AOSD — Auxiliar Operacional de Serviços Diversos da Saúde. Todo mundo falava de médico. Depois, os dentistas reclamaram, falaram para os dentistas. Os psicólogos reclamaram, falaram para todo mundo de nível superior. Os técnicos reclamaram, resolveram a vida dos técnicos. Os administrativos reclamaram, aí eles me procuraram e disseram: "Doutor, nós somos AOSD da Saúde". Eu falei: "O que é isso?" Eles disseram: Auxiliar Operacional de Serviços Diversos. A gente que lava o banheiro, lava o chão. Se a gente parar de trabalhar, não há saúde dentro do hospital, não. E todo mundo olha para todo mundo, e não olha para a gente". Eu falei isso para o Agnelo e para o Filippelli. O Agnelo disse: "Tem razão, o trabalho deles é superimportante". E aí colocaram-nos para estudar também. Por quê? Porque, infelizmente, essas coisas dissociadas: "Ah, porque aqui é nível superior". Não existe isso, os trabalhos são complementares. Ninguém faz o processo inteiro. Essa é a grande realidade.

Muitas vezes o Defensor Público está lá atendendo e não tem tempo para vir, fazer uma pesquisa para lançar no sistema. Essa é uma realidade. E quantos servidores que estão aqui dão suporte ao trabalho deles e fazem com que eles atendam mais pessoas? Eles poderiam fazer o todo, mas atenderiam menos pessoas.

Portanto, Líder, fico muito feliz quando V.Exa. diz que o governo pensa dessa forma. Acho que isso tranquiliza muito vocês também, não é? Estaremos acompanhando passo a passo esse projeto. Eu solicito e faço um apelo, principalmente aos Líderes, para que trabalhemos isso. É importante criar a Defensoria Pública? É. Mas se vamos redistribuir um grupo, vamos estudar para redistribuirmos todos juntos de uma vez só. Esse é o meu pedido, esse é o meu apelo.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Rôney Nemer, eu gostaria de fazer só mais uma sugestão no discurso de V.Exa. Eu acho que a questão que V.Exa. colocou da audiência pública é importantíssima. Inclusive, nós iríamos — falei isso com o Dr. Fernando — solicitá-la. Acho que isso tem que ser uma coisa institucional. Falei isso para ele também, em meu gabinete.

Faço uma sugestão ao Sr. Presidente. Temos os dias de comissão geral. Como é uma pauta muito importante, algo institucional, sugiro que a gente utilize, talvez, um dia de comissão geral para essa audiência, para esse debate. Até porque, no meu entendimento, o que está acontecendo agora é uma adequação da Emenda 69. Então, não podemos adequar só os procuradores, ou só os defensores, e não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

adequar toda a instituição, todos os servidores. Não há que se falar em termos de legalidade, ou de condição de se fazer. Eu acho que poderíamos debater isso.

Portanto, faço essa sugestão a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Deputada Celina Leão, concordo com V.Exa. A vontade política, o Líder de Governo já a colocou aqui. E o Governador Agnelo já havia assumido esse compromisso com eles, porque eles me contaram. Então, a gente busca exatamente isso. É só porque fica muito a rádio corredor, Líder, e aí um fala uma coisa, outro fala outra coisa.

Alguns servidores, por exemplo, estão lá no gabinete esperando, porque já foram chamados e vão ser devolvidos para os órgãos de origem, gente que está há dez, doze anos, que já tem sua vida toda lá. Isso cria um desassossego na família, e família é a coisa mais importante que a gente tem, não é? A pessoa chega a casa estressada, por quê? Ela trabalha dez anos num lugar, aí é chamada e dizem assim: “Amanhã, Deputado Siqueira Campos, nós vamos te redistribuir.” E vira uma tal de rádio corredor!

Pelo carinho e respeito que eu sei que o Jairo, Defensor Público Chefe, tem, eu tenho certeza de que ele não vai concordar. Eu acho que é preciso primeiro prudência, paciência, porque mudança é muito ruim na vida da gente. A gente trabalha num local há dez anos, a vida da gente já está organizadinha com aquele trabalho que a gente faz, e de repente uma devolução, uma coisa assim! Eu sei que o interesse público tem que estar acima dessas coisas. Quando fazemos concursos, podemos ser lotados em qualquer lugar, como há vários lá de carreira.

Entendo também, Líder, quando V.Exa. diz que há gente da área federal, gente de empresa, de autarquia e tudo, mas a gente tem que tratar os iguais de forma igual, e os diferentes de forma diferente. De que forma? Aqueles que efetivamente não tiverem problema jurídico e tal, tudo bem, mas aqueles que não tiverem, que todos possam receber o mesmo tratamento do governo.

Queria agradecer aos pares e dizer a vocês que saiam daqui mais tranquilos porque o Líder do Governo, que fala pelo Governo nesta Casa, já colocou que a posição do governo é essa mesma. Nós vamos estar acompanhando isso para que venha todo esse projeto que está sendo estudado, como o Líder diz, a redistribuição de todo mundo, ou verificaremos de que forma serão tratados os casos específicos das mais de dezenove categorias que o nosso Líder de Governo citou.

Obrigado. A gente conta aí também com o trabalho de vocês, gabinete a gabinete, conscientizando os Deputados. Um abraço!

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Rôney Nemer, o pessoal da Assessoria diz que quinta-feira há vaga. Se V.Exa., os defensores, os funcionários, os servidores quiserem, temos condições de fazer nesta quinta-feira agora.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Ok, combinado, quinta-feira. A gente convida o Dr. Fernando e os servidores. Vou ligar para o Jairo agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Temos que combinar com os defensores também, porque a maioria que está aqui são funcionários.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Vamos convidar o Jairo. Faz uma coisa da Mesa, institucional.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Sim, é isso o que eu estou dizendo. Mas aí teríamos que combinar entre nós, Deputados, os defensores e os servidores para que tenhamos *quorum*, para que não fiquemos aqui só nós e os servidores, ou só nós e os defensores.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Mas é urgente. Chame os defensores e os servidores. Com certeza todo mundo aparecerá. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Deputados e Deputadas, o que me traz à tribuna desta Casa, eu acredito que a grande mídia inclusive noticiou isso, até porque foi uma grande pauta feita pelo Juiz da VEP, Dr. Ademar. Hoje nós temos uma condição no sistema prisional que está prestes a explodir. Eu já fiz vários pronunciamentos sobre isso aqui: não só sobre a questão da superlotação, mas também sobre as condições escassas e precárias do sistema prisional hoje, não só do sistema prisional, mas também do sistema de medidas socioeducativas.

Aqui eu queria pontuar algumas coisas muito importantes. O Juiz Ademar colocou na sua entrevista, e desde o ano passado nós temos pontuado isso aqui na tribuna, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, temos que falar que a situação hoje do sistema carcerário do Distrito Federal é muito frágil. Nós temos mais ou menos seis mil e quinhentas vagas hoje no sistema prisional e estamos com quase doze mil presos — o dobro, o dobro da capacidade de sua instalação. Os presos estão em condições subumanas porque nós temos muitos prédios que são muito antigos, que não eram prédios inicialmente nem para o sistema prisional.

Deputada Arlete Sampaio, desde a semana passada, a nossa Comissão de Direitos Humanos está fazendo visitas itinerantes. Então, estamos presentes nos presídios, de corpo, ouvindo as pessoas. Deputada Arlete Sampaio, nós nos propomos a fazer um trabalho diferenciado, não só um trabalho na área da Comissão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, mas um trabalho pelo qual pudéssemos trazer um ambiente melhor também para os servidores, porque nós achamos que o servidor satisfeito vai conseguir realizar um trabalho mais bem elaborado, se tiver uma condição de direitos humanos pensada e bem cuidada.

Deputado Wasny de Roure, para V.Exa. ter uma noção, há no sistema de semiliberdade, aptos para o trabalho, 2.200 presos. Esses presos estão aptos a trabalhar e querem trabalhar, porque eles conseguem remir pena, pois a cada três dias trabalhados eles ganham um. Então, se chegarmos lá hoje, todos querem trabalhar. E eles estão reclusos porque não há trabalho.

Aqui fica um puxão de orelhas para a FUNAP - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso. Eu já liguei para o Dr. Adalberto e falei para ele que tínhamos que dar uma solução para esse problema, porque há uma mão de obra com a qual uma parceria pode ser feita com o Estado. Vamos colocar esses presos para plantar mudas, vamos fazer algo, porque eles querem trabalhar. A lei garante o direito para que esses presos trabalhem. E nós não temos mais onde alocar os presos.

Existem vários problemas para os quais eu acredito que o governo está tomando as providências, porque eu tenho cobrado muito. Eu tenho estado em contato com o Secretário de Segurança Pública, que sempre nos recebeu e tem atendido a várias demandas. Mas a velocidade do Estado não anda da forma que precisaria andar, porque o presídio já precisaria estar sendo construído. Não cabe mais, não tem condições. Deputado Joe Valle, às vezes, há trinta homens dentro de uma cela. Como vamos ressocializar um cidadão que fica preso com trinta homens o dia inteiro, com todas as garantias fundamentais sendo desrespeitadas?

Deputado Joe Valle, há também a questão de a família do apenado pagar uma pena também. A família do apenado chega à fila para visitá-lo às quatro horas da manhã. A visita é no meio da semana. Então, se você tiver um emprego fixo, você não pode visitar seu ente, pois como você vai justificar toda semana faltar ao trabalho? Nós fizemos um projeto de lei para que essa visita seja no final de semana. Nós estamos tentando resolver o problema da fila com planejamento, com direcionamento. Algo tem que acontecer, porque toda condição humana não é respeitada.

Nós temos uma grande reclamação sobre a questão das alimentações. Hoje, as refeições são servidas no papel de alumínio. O preso come o alumínio. O sistema penitenciário recebe hoje três refeições. Então, quem não recebe visita e tem fome, passa fome dentro do sistema prisional. A sociedade não pode fazer de conta que não está vendo, porque se ele está preso, há um custo para o Estado; se o Estado paga, o Estado tem que tentar de verdade ressocializar o preso. Deputado Joe Valle, eu tive a oportunidade de ir aos Estados Unidos nas férias e conheci alguns presídios nos quais o preso tem a oportunidade de trabalhar, o preso consegue sair melhor do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

que entrou, e o Estado consegue dar uma assistência melhor ao preso. Então, eu acho que isso precisa começar a acontecer.

O Dr. Ademar foi muito feliz nas suas colocações. Ele chegou a falar na possibilidade de interdição do sistema prisional, se medidas urgentes não forem tomadas. Então, é um apelo que deixo como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Não há mais onde colocar presos. Todo dia queremos que pessoas sejam detidas, porque as pessoas detidas por cometerem pequenos delitos retornam às ruas. Mas prender onde, Deputado Wasny de Roure? Não cabe. O subsecretário do sistema deu uma entrevista, dizendo que seiscentas vagas serão criadas. Ele está tentando construir presídios para criar as seiscentas vagas, seiscentas vagas em um universo em que há o dobro de presos. É uma agulha no palheiro. Então, eu acho que precisamos de medidas mais enérgicas, de trabalho para quem está na semiliberdade, porque ele tem direito ao trabalho, para realmente termos a oportunidade da ressocialização.

Eu ouvi algo, Deputado Wasny de Roure, e V.Exa., como um homem de fé que eu conheço, vai entender o que eu vou falar. Houve um ex-detento que hoje faz um trabalho social, é voluntário no presídio, e faz quinze anos que ele é egresso. Ele falou para mim: "Deputada Celina Leão, a minha pena é perpétua, porque V.Exa. não sabe o que eu tive de dificuldade para conseguir o emprego. Eu, todas as vezes que conseguia um emprego em que as pessoas sabiam que eu era egresso, perdia o emprego. Hoje, graças a Deus, eu trabalho em uma embaixada, sou porteiro da embaixada e sou um funcionário de confiança, mas só Deus sabe o que eu passei para estar no meu emprego até hoje".

Então, é um círculo vicioso, porque nós não vamos dar uma medida de eficiência e de eficácia se isso não acontecer. E aí, Deputado Wasny de Roure, há uma legislação sobre a qual eu até pedi informações ao Governo do Distrito Federal, que prevê que um percentual de 5% das empresas públicas seja para egressos do sistema prisional. E ela não tem sido cumprida no Distrito Federal. Eu peço a V.Exa. que cobre também. É uma oportunidade. Eu acho que o Estado paga pela ressocialização, está gastando os insumos nisso. Ele tem que acreditar de verdade. E se há uma lei, a lei tem que ser cumprida, até para que não retorne, para que esse círculo vicioso seja realmente cortado.

Eu quero aqui parabenizar a atuação do juiz da Vara de Execuções Penais - VEP, que é preocupado, está fazendo um trabalho belíssimo. Sabemos que o problema é estrutural, vem de anos, vem se arrastando faz anos, mas esperamos que realmente se tenha uma solução definitiva, mas que não pode ser paliativa. Com seiscentos detentos não se vai resolver o problema. Então, que possamos realmente pensar nessa solução em curto, em médio e em longo prazo, para que não tenhamos aqui no Distrito Federal rebeliões, a população realmente com a sensação de insegurança, e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Decoro Parlamentar sem condição de garantir o mínimo aos presidiários, que é a condição de ser humano.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Muito bom o tema de V.Exa., Deputada, mas olhe só. Eu acho que, quanto aos presos, nós temos que dar toda a condição, mas hoje eu acho que o presídio também passa por uma situação muito difícil no que tange aos servidores.

Eu estive fazendo uma visita ao presídio, conversando com os técnicos de atividades penitenciárias e também com os agentes penitenciários. E estou vendo que a situação dos trabalhadores que estão lá hoje também está muito difícil. No Distrito Federal, a carreira de técnico de atividades penitenciárias foi criada para substituir os agentes penitenciários, porque há uma diretriz nacional que diz que quem prende não pode cuidar do preso. Esses servidores – é uma nova carreira, deve haver três ou quatro anos que foi criada – estão passando por uma situação difícil.

E agora mesmo, diante de uma lei federal, eles estão passando por uma situação que vai trazer um desconforto muito grande, que é a questão do porte de arma. Ela diz que o porte de arma deles só pode ser restrito ao trabalho. Agente penitenciário e técnico de atividades penitenciárias não usam a arma dentro do presídio, eles usam a arma é fora para garantir a sua segurança diante do trabalho que fazem dentro do presídio.

Outra situação: muitos deles, principalmente os servidores da DPOE, não recebem insalubridade. Vejam vocês, quando eles têm que fazer alguma intervenção no presídio para conter qualquer rebelião, têm contato direto com os presos, que têm diversas doenças. Há diversas situações de insalubridade, e eles não estão recebendo. Há uma gratificação que é paga para os policiais que estão na ponta, que são os policiais de plantão. Lá também há os plantões de praxe, e eles não estão recebendo essa gratificação. Há a questão também da uniformização dos seus brasões, que até hoje não saiu; há a questão salarial deles, que está em discussão; há a questão de seus alojamentos lá dentro. Muita coisa se vê também na questão.

Nós falamos muito do preso, e acho que V.Exa. está em um caminho até muito certo, que é o caminho dos direitos humanos, apesar de eu ter algumas divergências com os direitos humanos. E aí cada um puxa para o seu lado. Eu tenho aquela máxima de que direitos humanos são para os humanos. Se o bandido não é humano, então ele não tem direitos humanos. Isso eu penso, e cada um tem o seu pensamento. Esse é o meu, e acho que V.Exa., como Presidenta — eu acho que a palavra está certa, “Presidenta”, porque a Dilma passou uma lei agora em que as mulheres, quando estão no cargo de Presidente, viram Presidentas — da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, tem todo o direito realmente de lutar pelos direitos humanos dos presos. Eu acho que eles têm



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

esse direito de ter uma boa convivência lá dentro, mas eu acho também que nós temos que olhar para aqueles que trabalham com eles, porque estão em uma situação muito difícil: os agentes penitenciários que lá ainda estão, as pessoas que lá estão.

Só para V.Exa. ter uma ideia, presídio é lugar de segurança máxima. A iluminação que se tem lá hoje é precária. Veja a iluminação que tem lá! Eu já fui à CEB, já mandei a indicação, e nós estamos tentando fazer uma iluminação que vá da Papuda até a saída, que seria aqui na DF-001. Ali não tem posteamento de luz, que seria a iluminação que teria de ter da DF-001 até a Papuda lá embaixo, e depois pegaria até a PDF II, fazendo uma iluminação em T. Não tem essa iluminação.

Então, muita coisa ainda tem de se fazer em nível de presídio, não somente para beneficiar aqueles que estão encarcerados, mas também aqueles que cuidam dos encarcerados, porque se lá estão, boa bisca também não são. Nós não podemos aqui tapar o sol com a peneira, mas também eles não têm de ficar como bichos. Não é isso que eu preconizo, mas temos de olhar a situação daqueles que trabalham cuidando deles, porque se aqueles que trabalham cuidando deles não têm uma boa situação nem uma boa condição de trabalho, fica difícil para nós conseguir dar boas condições para aqueles que estão presos.

A Deputada Arlete Sampaio nem gostou quando eu falei do pessoal dos direitos humanos, mas é assim mesmo. V.Exa. já vai sair? V.Exa. não falou? (Pausa.) Eu pensei que ia falar. Mas tudo bem.

Eu tenho algumas controvérsias quanto aos direitos humanos dos presos, porque eu acho que, primeiro, é preciso dar condições para os trabalhadores. Porque tratar bem o preso sem tratar bem os trabalhadores, eu acredito que nós temos de olhar os técnicos de atividades penitenciários, que estão em situação de penúria. E eu digo a V.Exa. que não é questão do governo, não. É questão que já vem de outrora também e à qual, agora, temos de dar uma olhadinha também. Eu queria pedir que nós, algum dia, façamos uma vista para eles. Aí, nós aproveitaríamos também para dar uma olhadinha.

Eu quero pedir licença à Deputada Celina Leão para passar a palavra à Deputada Arlete Sampaio, porque eu fui meio deselegante com S.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado, somente para esclarecer, eu não quis sair por causa de nenhuma divergência com a sua fala, pelo contrário. Eu acho que os trabalhadores precisam ter condições adequadas para exercerem bem as suas funções. Da mesma forma, defendendo que todos os seres humanos tenham garantidos os seus direitos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

O preso é um ser humano. Mesmo que ele tenha cometido um crime, o sistema tem de tentar reintegrá-lo à sociedade. O que ocorre hoje, infelizmente, como disse a Deputada Celina Leão, é que as condições carcerárias são péssimas e não há nenhum trabalho de ressocialização. Se nós tivéssemos colônias penais que pudessem fazer com que os presos aprendessem algum tipo de trabalho com a terra ou oficinas que fizessem com que eles aprendessem uma profissão, e se nós tivéssemos condições de fazer com que, ao saírem da prisão, eles pudessem ser aproveitados profissionalmente, eu tenho segurança em afirmar que grande parte desses presos poderia ser reinserida na sociedade. Alguns talvez não, porque aí há problemas de outra ordem que precisariam de um acompanhamento até psiquiátrico para poderem ser resolvidos. Mas eu acho que nós deveríamos nos esforçar para isso.

Eu creio que essa falência do sistema prisional em Brasília e no Brasil é antiga. É preciso muito esforço, um esforço coordenado da União, do Distrito Federal e também dos municípios onde há prisões, para que tenhamos condições financeiras de fazer os investimentos necessários e, sobretudo, uma parceria muito clara com o Poder Judiciário. Muitas vezes, são pessoas que sequer tiveram o seu julgamento feito. Talvez, se a Justiça fosse mais rápida, nós tivéssemos também melhores soluções, penas que pudessem ser cumpridas de uma forma diferente. Eu acho que há muita coisa para se pensar com relação ao sistema prisional brasileiro.

Era isso que eu tinha a dizer. Nenhuma divergência com V.Exa.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu agradeço a V.Exa. e me sinto lisonjeado por ter feito uma brincadeira e ter ouvido palavras tão eficientes como as de V.Exa., que só fez engrandecer a nossa fala.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Dr. Michel, eu acho que a ótica de V.Exa. é muito coerente. Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, eu também a tenho no sentido de valorização do profissional que trabalha no sistema prisional. É por isso até que eu fiz questão de informar, na minha fala, que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar já atua quanto aos direitos humanos, mas queremos fazer muito mais. Até por isso eu acredito que hoje a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar é muito bem-vinda no sistema prisional, porque não estamos preocupados somente com os presos, temos preocupação, sim, com os trabalhadores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, eu estive presente com o Secretário de Segurança, Sandro, e o Deputado Cláudio, quando defende sim o porte de armas para os TecPens. Por quê? Muitos deles vão para casa e, às vezes, encontram nas ruas pessoas que eles já prenderam. E não são somente eles que correm risco, mas também as suas famílias. A comissão tem essa visão. Eu, a Deputada Celina Leão, tenho essa visão da valorização sim do servidor público. Colocamos recurso inclusive para capacitação. Hoje fazemos essa pesquisa dentro do sistema prisional com o servidor. E o servidor também reclama da superlotação, porque, às vezes, é apenas um TecPen para cuidar de cinquenta, sessenta ou cem homens. Qual é a condição humana, inclusive de trabalho?

Então, considero que a fala de V.Exa. não veio contrária a nossa, ela veio para completar a nossa fala, porque eu tenho essa visão dessa categoria que, na Semana de Segurança Pública, tem de ser valorizada também, pois é uma categoria superimportante. Deputada Arlete Sampaio, se hoje os agentes penitenciários pararem de trabalhar, o sistema explode, porque eles são a grande mão de obra que cuida do sistema carcerário. Às vezes, falam: "Não, mas nós temos problemas de infração dos direitos humanos. São com os TecPens, não são com os agentes". Isso não existe, Deputada Arlete Sampaio. Temos bons profissionais em todas as categorias. Temos bons médicos e péssimos médicos. Isso acontece em todas as categorias.

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Dr. Michel, inclusive é algo novo até para o próprio sistema, que viu a nossa atuação. A nossa atuação não é só na questão dos direitos humanos. Hoje, Deputado Wasny de Roure, quando nós chegamos, nós somos bem recebidas pelos diretores dos presídios, pois eles sabem que nós não queremos fazer daquilo um palanque político. Nós lhes perguntamos: "Olha, o que nós podemos melhorar?" E não conseguimos melhorar uma instituição sem investirmos nos servidores.

Eu queria parabenizar V.Exa., que fez com propriedade a defesa de uma categoria importantíssima. Inclusive, o Dia do Agente Penitenciário é um projeto de lei nosso, pois entendemos que se deve valorizar essa categoria, pela importância dela. Todas as vezes que a Comissão precisou se posicionar, eu me posicionei claramente, porque eu tenho certeza de que eles são bons profissionais e fazem tudo com a maior boa vontade do mundo. Eles precisam realmente é de valorização.

Agora, Deputado Dr. Michel, não tem como essa categoria trabalhar sem condição de trabalho. Deputado Dr. Michel, hoje, as mulheres que fazem a revista das famílias que vão visitar, a revista é vexatória. A mulher tem de se agachar num espelho pela falta de um *scanner*. E a burocracia é tão grande que o *scanner* já foi licitado, mas a firma que perdeu entrou na Justiça. Só que isso atrapalha toda a infraestrutura. São agentes que estão trabalhando.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 08 2012	16h05	68ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Então, sabemos que não vamos melhorar a condição de trabalho sem melhorar a condição de vida do preso também, para que isso seja realmente tudo muito interligado. É um sistema muito frágil. Não podemos cuidar só dos detentos, só dos presidiários sem cuidar de quem cuida do sistema também, que são os servidores.

Quero parabenizar V.Exa., que foi muito feliz quando fez a defesa dos agentes penitenciários.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não resta dúvida. A minha intervenção só foi no que tange a termos consciência de que o preso realmente merece toda a fidalguia. Como bem diz a Deputada Arlete Sampaio, são seres humanos que estão ali cumprindo uma penitência. O nome já diz: penitenciária. Eles estão ali cumprindo uma penitência. Nós temos de respeitá-los, mas para que nós os respeitemos, temos que, primeiro, ver a condição de trabalho daqueles que cuidam deles também, porque estão muitas vezes em situação deplorável.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu até tinha interesse em falar. Eu iria falar de outros temas, mas infelizmente o Regimento não permite mais a continuidade da sessão. A sessão, para continuar, tem de ter no mínimo seis parlamentares em plenário, e neste momento só há cinco. Portanto, solicito a V.Exa. que encerre a sessão. Eu falarei amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Se amanhã houver seis, não é?

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h.)

Ata lida e aprovada na 69ª Sessão Ordinária, de 22/08/2012.